

Procuradoria-Geral da República inclui apenas o ministro da Educação no pedido, sem citar o presidente Jair Bolsonaro, mencionado em áudio sobre suposto favorecimento a pastores

PGR QUER AUTORIZAÇÃO DO STF PARA INVESTIGAR RIBEIRO

Brasília — O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu autorização ao Supremo Tribunal Federal (STF) para abrir quebra-símbolos em que o ministro da Educação, Milton Ribeiro, fala de um suposto favorecimento a pedidos de pastores na concessão de verbas públicas. Se autorizado, segundo a PGR, o inquérito vai investigar se pessoas sem vínculo com o Ministério da Educação atuavam para a liberação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado à pasta. O pedido será analisado pela ministra Carmen Lúcia, que já é relatora de outros pedidos de apuração feitos por deputados na terça-feira. Se a investigação for autorizada, a PGR, ao fim do inquérito, poderá apresentar denúncia contra Ribeiro e outros envolvidos ao próprio STF.

O áudio foi divulgado pelo jornal Folha de S.Paulo e gravado durante reunião de Milton Ribeiro com prefeitos. Já uma reportagem do jornal O Estado de S. Paulo indica que existe um 'gabinete paralelo' de pastores que controlaria verbas e agenda do Ministério da Educação. Na gravação, Ribeiro diz que repassa verbas a municípios indicados pelos pastores Gilmar Santos, presidente da Convenção Nacional de Igrejas e Membros de Assembleias de Deus no Brasil (CGADB), e Arlton Moura, assessor de assuntos políticos da entidade. Eles não têm cargo no governo, mas participaram de várias reuniões com autoridades nos últimos anos. "A prioridade é atender primeiro aos municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar. Foi um pedido específico que o presidente Ribeiro fez para mim sobre a questão de Gilmar (...). Então, o apoio que a gente pede não é segredo. Isso pode ser publicado, é apoio sobre a construção das igrejas", diz Ribeiro no áudio. Após repercussão, o ministro soltou nota dizendo que a liberação segue critérios técnicos e legais.

Ontem, os dois jornais paulistas publicaram reportagens sobre suposto pedido de pagamento de propina para liberação de recursos federais. A denúncia é do prefeito de Luís Domingues (MA), Gilberto Braga (PSDB). Segundo ele, um dos pastores que negociam transferências de recursos federais para prefeituras pediu 1 quilo de ouro para conseguir liberar verbas de obras de educação para a cidade. O pedido foi feito em um restaurante de Brasília, na presença de outros políticos. Segundo as reportagens, a declaração do prefeito do município maranhense foi confirmada por outras duas pessoas que estavam no local onde a propina teria sido pedida.

No pedido ao STF, Aras afirma que, 'em momento algum', Milton Ribeiro 'negou ou apontou falsidade no conteúdo da notícia veiculada pela imprensa, admitindo, inclusive, a realização de encontros com os pastores nela mencionados'. O pedido da PGR não faz nenhuma menção de investigação sobre a conduta do presidente Jair Bolsonaro. Além de pedir a abertura de inquérito, Aras solicita diligências iniciais que pretende fazer caso a investigação seja autorizada pelo Supremo. São elas: tomada de depoimentos dos envolvidos no envio de verbas do Ministério da Educação à Controladoria-Geral da União (CGU) para o esclarecimento do cronograma de liberação de verbas do FNDE. Ele também pede que outras petições no STF referentes a esse caso sejam apensadas, ou seja, anexadas ao pedido da PGR.

■ TCU VAI FISCALIZAR O MINISTÉRIO

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu fiscalizar a estrutura do Ministério da Educação, responsável pela transferência de recursos a municípios. A fiscalização foi sugerida levada a plenário pelo ministro Vital do Rêgo, depois do vazamento de áudio sobre suposto favorecimento do ministro Mil-



ton Ribeiro a pastores. A sugestão foi aceita por unanimidade. Nos últimos dias, temos testemunhado a veiculação de diversas notícias acerca de eventuais irregularidades na transferência de recursos federais do Ministério da Educação a municípios em que a priorização da liberação de verba estaria sendo irregularmente negociada por pessoas alheias", afirmou Vital do Rêgo.

O ministro afirmou também que as denúncias apontam para indícios de irregularidades, o que justifica a atuação do TCU. O prazo da fiscalização do tribunal não foi informado durante a sessão. "Nesse contexto, como há indícios de irregularidades, considero indispensável que o TCU prontamente exerça seu papel constitucional de fiscalizar a estrutura da governança do Ministério da Educação responsável pelas transferências e assistência técnica dos recursos financeiros", disse Rêgo também.

“Em momento algum, Milton Ribeiro negou ou apontou falsidade no conteúdo da notícia veiculada pela imprensa, admitindo, inclusive, a realização de encontros com os pastores nela mencionados”

Bancada evangélica isola Jair Bolsonaro

Taísa Medeiros

Brasília — Após comentários de que a bancada evangélica estaria dividida em decorrência da crise no Ministério da Educação, o presidente da Frente Parlamentar Evangélica o deputado federal Sôstenes Cavalcante (PL-RJ), disse que não há dúvidas de que, no áudio, é a voz de Milton Ribeiro e que as manifestações divulgadas pela pasta são insuficientes. "O que precisa ser esclarecido ainda é justamente a fala final do ministro [no áudio], quando ele fala dos recursos para a igreja. Todos nós sabemos que no ministério é impossível fazer repasse de recursos de qualquer ministério à igreja. Eu não vi na nota, ou nenhum posicionamento dele público explicando essa fala", argumenta o deputado. "O que tem a ver recursos para a igreja com recursos advindos do governo federal?", questiona.

O parlamentar ainda comentou que conversou com o ministro pela manhã "por cinco ou 10 minutos", e que, assim que houve a divulgação do áudio, na manhã de terça-feira, fez contato

com o ministro. "Falei com ele: 'Ministro, estou indo para Brasília, faço um compromisso com o senhor, porque eu confio que o senhor vai esclarecer todos os fatos, de que, em 24 horas, não vou fazer nenhum tipo de declaração para esperar os seus esclarecimentos'", explicou.

Ao verificar que a nota não supria o esclarecimento, o parlamentar optou por repercutir com a bancada evangélica em busca de posicionamento. "Outra coisa que precisamos é que o ministro esclareça quais os atos que ele está tomando para investigar possível desvio de conduta dessas pessoas envolvidas no caso", pontua.

Quando questionado se haverá ruptura com o presidente Jair Bolsonaro caso venha a ser comprovada a veracidade das denúncias, ele disse: "A bancada tem alinhamento ideológico com o governo. Não são episódios isolados que vão nos divorciar de nossos objetivos", frisa. A respeito da fala de que as prioridades eram "um pedido" de Bolsonaro, ele afirmou que é característico do linguajar comum na política.

Ministro diz que segue no cargo

Brasília — O ministro da Educação, Milton Ribeiro, disse ontem estar firme no cargo e que conversou com o presidente Jair Bolsonaro (PL). Depois do áudio o presidente me ligou e disse: 'eu não vejo nada de mais no áudio'. Eu não o procurei. Eu respeito muito o presidente, o cargo que eu estou é de confiança do presidente. O que ele falou é que eu permaneço, eu fico de acordo com a sua confiança. Se ele quiser, quando quiser, ele pode pedir o cargo. Não tenho nenhum apelo no cargo. Me sinto honrado de ser escolhido para atuar em um governo que não tem casos de corrupção", disse quem entrevista ao CNN.

A respeito do trecho do áudio, em que menciona que a prioridade é atender primeiro aos municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar, Ribeiro alegou desconhecer a velocidade. "Quando o pedido foi feito, eu estava numa lista que é organizada pelos técnicos da FNDE. Sai da competência da sede do gabinete, e vai para FNDE. Por que a velocidade? Às vezes fala um documento, os que foram atendidos antes certamente preencheram todos os requisitos de documentação. Eu desconheço essa velocidade, não foi por minha mediação. Se aconteceu, deve ter sido porque eles conseguiram alcançar a documentação necessária", defende.

Questionado a respeito dos sucessivos encontros ocorridos no gabinete do ministro, Milton Ribeiro disse que a intenção era apresentar, tirar fotos e "prestar contas". "O prefeito é político. Ele quer tirar uma foto com o ministro, ele quer mostrar para o povo que está buscando uma solução para sua cidade",



“Depois do áudio, o presidente me ligou e disse: 'Não vejo nada demais no áudio'. Eu não o procurei. O que ele falou é que eu permaneço, eu fico de acordo com a sua confiança”

■ Milton Ribeiro, ministro da Educação

de. Todos tiravam fotos. Então eles iam lá prestar contas", comenta. Além disso, o ministro garantiu que, diferentemente do que foi di-

vilgado nas reportagens, os pastores não cumpram agendas no ministério que "jamais embarcaram nos aviões da FAB". "Jamais esses pastores viajaram comigo ou com alguém minha comitiva. Eles faziam agendamentos lá, mas foram quatro agendamentos. Não saíam comigo em comitiva. Isso nunca aconteceu, eles nunca entraram nos aviões da FAB. Geralmente, as agendas que eles propunham eram agendas vinculadas a prefeitos", destaca.

Ribeiro procurou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e o presidente da Comissão de Educação do Senado, Marcelo Castro (MDB-PI), e se colocou à disposição para prestar esclarecimentos ao Legislativo sobre as suspeitas de favorecimento a pastores na pasta. Além de fazer ligações para autoridades, Ribeiro também recebeu parlamentares governistas na sede do MEC, ontem, onde permaneceu recluso. No encontro, de acordo com interlocutores, ele demonstrou tranquilidade. Ribeiro disse também que não descartava abrir procedimento interno para avaliar as denúncias.

Enquanto isso, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que, durante seu tempo de governo, nenhum ministério teve denúncia de corrupção. Ele discursou para dezenas de apoiadores na cerimônia de lançamento da Força-Tarefa das Águas, em Quixadá (CE). "Quando se fala em corrupção, temos o que falar, em três anos e três meses (de governo) sem corrupção em nossos ministérios. Tentam nos igualar com aqueles que nos antecederam, mas não vão conseguir, porque este governo tem respeito à população", disse.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política **Página:** 3